2º Curso de Processo Administrativo de Aplicação de Sanções Administrativas nos Termos do Art. 155 e seguintes da Lei 14.133/2021 – Turma Confirmada!

Modalidade: Presencial

Carga horária: 16 horas

Área temática: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Período: 22/09/2025 a 25/09/2025

Horário: 08:00 às 12:00

Investimento: R$ 2.200,00

Programa do curso

Brasília-DF, 22/09/2025 a 25/09/2025

Horário do evento: 08h às 12h

Este curso tem a finalidade de capacitar os profissionais envolvidos em licitações e contratos administrativos, aprofundando seus conhecimentos sobre as infrações e sanções administrativas estabelecidas pela nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, a fim de atender às necessidades de gestores públicos, advogados, consultores, membros de comissões de licitação, e demais profissionais que atuam direta ou indiretamente com contratações públicas, oferecendo uma visão abrangente e detalhada das normativas que regem as penalidades administrativas no contexto das licitações e contratos com a Administração Pública.

O que você vai aprender:

- **Fundamentos da Lei 14.133/2021**: Uma introdução completa à nova Lei de Licitações, com foco nas disposições relativas a infrações e sanções administrativas.
- **Detalhamento das Infrações e Sanções:** Análise detalhada das infrações administrativas previstas na lei e das respectivas sanções, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade.
- **Procedimentos Legais e Direito de Defesa:** Orientações sobre os procedimentos para a aplicação de sanções, os direitos de defesa disponíveis e os passos para a reabilitação de licitantes ou contratados penalizados.
- **Promoção da Integridade nas Licitações:** Discussão sobre a importância de programas de integridade e compliance para prevenir infrações e promover uma cultura de ética e transparência nas contratações públicas.

I. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do curso sobre Infrações e Sanções Administrativas na Lei 14.133/2021 é capacitar profissionais envolvidos em processos de licitação e gestão de contratos administrativos, fornecendo-lhes conhecimento aprofundado sobre as normas, infrações, sanções administrativas e procedimentos estabelecidos pela nova Lei de Licitações. O curso visa promover a compreensão integral das responsabilidades legais e das consequências de atos inidôneos, além de orientar sobre as melhores práticas para garantir a conformidade e a integridade nas atividades de licitação e execução de contratos com a Administração Pública.

II. OBJETIVO ESPECÍFICOS

1. Entender a Estrutura e Aplicabilidade da Lei 14.133/2021: Familiarizar os participantes com a estrutura, terminologia e aplicabilidade da nova Lei de Licitações, destacando as seções relevantes para infrações e sanções administrativas.
2. Identificar as Infrações Administrativas: Detalhar as diversas infrações administrativas previstas na lei, permitindo que os participantes identifiquem comportamentos e práticas que devem ser evitados durante os processos de licitação e execução de contratos.
3. Compreender as Sanções Administrativas: Explicar as diferentes sanções administrativas que podem ser aplicadas em caso de infrações, incluindo os critérios para sua aplicação, procedimentos relacionados e possíveis consequências para os envolvidos.
4. Procedimentos para Aplicação de Sanções e Defesa: Orientar sobre os procedimentos formais para a aplicação de sanções administrativas, bem como os direitos de defesa disponíveis para licitantes e contratados, incluindo prazos, instâncias de recurso e requisitos para reabilitação.
5. Promover a Integridade e Conformidade: Incentivar a adoção e o aperfeiçoamento de programas de integridade por parte das empresas que participam de licitações, destacando a importância desses programas para prevenir infrações e facilitar a reabilitação em caso de sanções.
6. Análise Prática e Estudos de Caso: Utilizar estudos de caso e análises práticas para ilustrar as implicações das infrações e sanções na vida real, promovendo um entendimento prático e crítico das normas.
7. Atualização sobre Registro e Publicidade de Sanções: Informar sobre os procedimentos para registro e divulgação de sanções em cadastros nacionais, enfatizando a importância da transparência e do acesso à informação para a gestão de riscos.

Ao atingir esses objetivos específicos, o curso pretende não apenas aumentar o conhecimento teórico dos participantes sobre a Lei 14.133/2021, mas também aprimorar suas habilidades práticas para navegar com sucesso no complexo ambiente das licitações públicas e gestão de contratos administrativos, promovendo a ética, a transparência e a eficiência.

III. PÚBLICO-ALVO

- Gestores e servidores públicos que atuam na área de licitações e contratos.
- Advogados e consultores especializados em direito administrativo e contratações públicas.
- Membros de comissões de licitação e equipes de apoio técnico em processos licitatórios.
- Empresários e profissionais de empresas que participam de licitações públicas.

IV. METODOLOGIA

Exposição dialogada com estudos de casos.

V. CARGA HORÁRIA

16 horas

VI. RECURSOS INSTRUCIONAIS

Apostila, slides, Datashow e quadro branco.

VII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático: Curso sobre Infrações e Sanções Administrativas na Lei 14.133/2021

Módulo 1: Introdução à Lei 14.133/2021

- Visão geral da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Importância do cumprimento da lei no contexto das licitações públicas.

Módulo 2: Infrações Administrativas na Lei 14.133/2021

- Detalhamento das infrações administrativas previstas no Art. 155.
- Inexecução parcial ou total do contrato.
- Não entrega de documentação exigida.
- Fraudes e atos inidôneos durante a licitação e execução do contrato.

Módulo 3: Sanções Administrativas e suas Aplicações

- Exploração das sanções administrativas previstas no Art. 156.
- Advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade.
- Critérios para aplicação das sanções (Art. 156, §§ 1º a 9º).
- Processo de aplicação de sanções e direito de defesa (Arts. 157 e 158).

Módulo 4: Procedimentos e Prazos para Sanções

- Detalhamento dos procedimentos para instauração de processo de responsabilização (Art. 158).
- Discussão sobre os prazos para defesa e prescrição das infrações (Art. 158, §§ 1º a 4º).

Módulo 5: Consequências das Sanções e Reabilitação

- Efeitos das sanções aplicadas e possibilidade de extensão a administradores e sócios (Art. 160).
- Requisitos e procedimentos para reabilitação de licitantes ou contratados (Art. 163).

Módulo 6: Registro e Publicidade das Sanções

- Importância do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) (Art. 161).
- Procedimentos para informação e atualização dos dados relativos às sanções aplicadas.

Módulo 7: Estudos de Caso e Discussões Práticas

- Análise de casos reais de aplicação da Lei 14.133/2021 em situações de infrações e sanções administrativas.
- Discussões em grupo sobre desafios e estratégias para evitar infrações e sanções em contratos públicos.

Módulo 8: Implementação de Programas de Integridade

- Discussão sobre a importância e implementação de programas de integridade conforme Art. 155, XI e Art. 163, Parágrafo único.
- Estratégias para promover a conformidade e a integridade nas licitações e execução de contratos.

Avaliação e Encerramento

- Avaliação do conhecimento adquirido através de testes ou estudos de caso.

- Discussão sobre as melhores práticas e lições aprendidas.
- Encerramento e entrega de certificados.

VIII. LOCAL E INFORMAÇÕES

O evento está programado para ser realizado nas instalações da Abop, **no período de 22/09/2025 a 25/09/2025, no horário das 08h ás 12h, totalizando 16 horas.** Para maiores informações utilize os telefones: (61) 3224-2613, (61) 3224-2159, na Internet acesse o endereço *www.abop.org.br*

IX. INSCRIÇÕES / CUSTO

Deverão ser feitas através do preenchimento da Ficha de Inscrição Online, enquanto houver vagas**. O investimento da inscrição é de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por participante.**

Para cada 05(cinco) inscrições do mesmo órgão efetivadas neste evento, a Abop está oferecendo 01(uma) bolsa integral adicional.

A ABOP só considerará efetivada a inscrição após a apresentação da cópia do depósito da referida importância no Banco 431– ITAU– Agência 8635, Conta Corrente nº 24938-9 ou da Nota de Empenho correspondente, em nome da entidade. O CNPJ 00.398.099/0001-21 e CF/DF07.343.300/001-00.

A ABOP poderá postergar o início do evento ou cancelar em até 48h antes do inicio do curso, caso o número de participantes não seja suficiente para atender a programação.